

Vol XVI, Núm 2, jul-dez, 2023, pág. 511-533

DIALÓGOS ENTRE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O CASO DA ZONA FRANCA DE MANAUS¹

Vívia Nascimento Fonseca

César Martins de Souza

RESUMO: A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi responsável pelo crescimento populacional acelerado na região de Manaus, através da chegada de migrantes, em busca de empregos nas obras, no comércio e nas indústrias locais, provocando mudanças profundas nas paisagens e no cenário educacional da capital do Estado do Amazonas. O presente trabalho tem por objetivo realizar um percurso histórico acerca da idealização, construção e implementação da ZFM. Partindo-se do desejo de melhor compreender sua estrutura, surgimento e impactos nos setores educativos, econômicos e sociais no período histórico no qual ela esteve inserida, foram analisados documentos oficiais, jornais e artigos científicos relacionados com a temática. O trabalho buscou, ainda, compreender, por meio de uma abordagem qualitativa e estudo de análise bibliográfica e documental, as transformações decorrentes do processo de construção da Zona Franca de Manaus e sua relação com as (re) configuração do modo de vida e organização da população de Manaus e das cidades próximas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia brasileira; ZFM; Educação; Grandes projetos.

DIALOGUES BETWEEN HISTORY AND EDUCATION: A LOOK AT THE CASE OF THE MANAUS FREE ZONE

ABSTRACT: The Manaus Free Trade Zone (ZFM) was responsible for the accelerated population growth in the Manaus region, through the arrival of migrants, in search of jobs in works, commerce and local industries, causing profound changes in the landscapes and in the educational scenario of the capital. of the State of Amazonas. This work aims to carry out a historical journey about the idealization, construction and implementation of the ZFM. Based on the desire to better understand its structure, emergence and impacts on the educational, economic and social sectors in the historical period in which it was inserted, official documents, newspapers and scientific articles related to the theme were analyzed. The work also sought to understand, through a qualitative approach and a study of bibliographic and documental analysis, the transformations resulting from the construction process of the Manaus Free Trade Zone and its relationship with the (re)configuration of the way of life and organization of the population of Manaus and nearby cities.

KEYWORDS: Brazilian Amazon; ZFM; Education; Great Projects.

1 Trabalho desenvolvido dentro dos projetos de pesquisa “Amazônia e Patagônia: grandes projetos e meio ambiente” (PIBIC/FAPESPA) e “Dilemas do mundo contemporâneo na literatura: história, memórias, biografias em diálogos com o cristianismo no século XX” (PIBIC/UFPa), em parceria com a PROPESP.

INTRODUÇÃO

O século XX trouxe inúmeras mudanças no cenário político brasileiro, principalmente no que se refere a seu modelo governamental. Em 1964 começou a ditadura, após a deposição do presidente João Goulart, que durou 20 anos, provocando grandes transformações no país, no campo, político, econômico e nos projetos para a Amazônia.

Dentre os projetos instituídos pelo governo estão, por exemplo, pontes, hidroelétricas, ferrovias e rodovias, cuja aplicação e ampliação são responsáveis por modificar sobremaneira os modos de vida e de organização econômica das populações atingidas por estas construções, devido aos impactos gerados pela implementação das grandes obras na região amazônica. Diante deste cenário de busca pela expansão do capital nacional, faz-se necessário destacar, de modo especial, a atuação do Estado na Amazônia brasileira.

O território amazônico brasileiro, ao longo do século XIX e XX, foi sendo palco de diversas empreitadas entre o Governo Federal e grandes empresas nacionais e estrangeiras, com o intuito de explorar as riquezas da região. Neste contexto, Martins de Souza (2018, p. 22) destaca que “a crença no desenvolvimento baseado na industrialização, sob o comando das grandes potências, que promoveria então a melhoria da humanidade é um tema que marca os séculos XIX e XX”.

Conforme afirmam Holland e Pieri (2019), a cidade de Manaus prosperou entre o final do século XIX e o início do XX com o ciclo da borracha, perdendo seu protagonismo econômico, quando se encerrou o auge da economia da borracha, no início do século XX. Garcia (1997) destaca que a crescente produção de borracha na Ásia e a ênfase do Governo em investir na região do Centro Sul do País, deixando as regiões Norte e Nordeste em segundo plano, foram pontos importantes na culminância do declínio da capacidade produtiva de Manaus.

No entanto, com a ascensão dos debates sobre os planos de expansão no Brasil nos anos 1940 e 1950, novamente as atenções se voltam para a região amazônica devido às suas riquezas naturais, e é justamente nesse cenário que é idealizada e construída a Zona Franca de Manaus (ZFM), na década de 1960, durante os governos dos generais-presidentes.

A ZFM é definida como uma zona industrial e de livre comércio, idealizada para ser um modelo de desenvolvimento econômico que possibilita uma imagem positiva dos governos comandados pelos generais, na década de 1970. Tal empreendimento foi estabelecido na área de Manaus em 1957, sendo sua regularização e entrega efetuada somente no ano de 1967, com o intuito de gerar benefícios para a economia do país e abrir as portas para a comercialização em grande escala em países estrangeiros. Sua construção impactou sobremaneira os territórios elencados para sediarem sua instauração.

No presente artigo buscamos compreender o processo de construção da ZFM, para analisar os impactos sociais, ambientais e educacionais decorrentes de sua implantação. Nesse sentido, um mergulho nas notícias presentes na grande imprensa nacional sobre a ZFM permite analisar não apenas a repercussão deste empreendimento, como também, os debates que surgiam à medida que avançava o processo de implementação.

Ao adentrar nos projetos dos governos militares para a Amazônia se abrem possibilidades de entender o lugar que cabia a ZFM nestas políticas. Burke (1992) propõe romper com os paradigmas que olhavam a História a partir das elites, pois, segundo ele, enviam a análise e impedem enxergar os eventos em sua multiplicidade. Ele se utiliza, como proposto pela Nova História, de diferentes fontes, no sentido de lançar um olhar sobre outras temporalidades, como que vista de baixo, a partir dos sujeitos geralmente ignorados nas memórias oficiais e que, justamente por isso, dificilmente têm suas vozes presentes na documentação oficial. Isto posto, se pretende investigar os efeitos que a presença da Zona Franca causou no processo de urbanização e por conseguinte no ensino na região, para isso as contribuições de Melo & Moura (1990), Holland (2019) dentre outros autores será essencial para o andamento e construção da pesquisa.

A utilização de diferentes fontes, não oficiais, nos permitiram lançar um olhar sob outro ângulo, visando enxergar diferentes sujeitos que vivenciaram a implementação da ZFM e os impactos sociais, econômicos e educacionais que este grande empreendimento levou às vidas das populações locais, dos migrantes e à região como um todo.

Assim, tendo em vista que os grandes projetos de integração instaurados na região amazônica foram responsáveis pela transformação de diversos setores sociais, torna-se relevante destacar sobre a educação, que o ideal desenvolvimentista que estes projetos proporcionam levam ao aumento da urbanização nas áreas afetadas, o que repercutiu no setor de ensino uma vez que este modelo possibilita uma formação mais rápida e voltada a

formação para o trabalho. Isto posto, o vigente trabalho possui por conjectura que a presença da zona franca de Manaus foi responsável pela adoção fervorosa do ensino profissional na capital do Amazonas, em razão de sua contribuição para o aumento da produtividade e geração de capital para o País.

DITADURA E AMAZÔNIA

Entre os anos de 1964-1985 o Brasil vivenciou um período regido por generais-presidentes não eleitos pelo voto popular. No dia 31 de março de 1964, o então Presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi destituído de seu cargo e começou então um período em que generais passaram a ocupar o cargo de Presidente da República, sem a realização de sufrágio universal (SKIDMORE, 1988). Neste cenário de drásticas mudanças no modelo governamental é que o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, do partido oficial Aliança Renovadora Nacional (Arena), toma a frente nos primeiros anos do Governo Militar entre os anos de (1964-1967).

No ano de 1969, as políticas foram voltadas para implementação de projetos desenvolvimentistas que possuíam o intuito de aumentar o capital do país, através da construção de grandes obras que desafiavam a engenharia nacional. Tais construções ganharam ainda mais visibilidade nos anos seguintes. Como assinala Martins de Souza (2014, p.3) “o ano de 1970 marcaria definitivamente não apenas as memórias de um imenso pedaço do Brasil como também permaneceriam como um símbolo para as chamadas obras faraônicas, construídas pelo governo federal”.

A doutrina de segurança nacional adotada pelos governos militares buscava afirmar discursos e políticas que visavam integrar a região amazônica, declarando ser uma forma de garantir a soberania nacional:

No decorrer da década de 1970, o governo da ditadura lançou a palavra de ordem “integrar para não entregar” e se intensificou, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros, além da agropecuária extensiva, a ocupação amazônica, em franca oposição aos povos originários - comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas (CONGILIO; IKEDA, 2014, p. 80).

Os novos projetos promovidos pelo governo se confrontavam com as ideias, vigentes na Europa, desde meados do século XVIII que diziam respeito, como afirma Thomas (2010) a uma ética que modificava a compreensão sobre a relação entre humanos e a natureza, defendendo uma relação de respeito e interação que rompia com o vigorava

até o século XVIII, quando a natureza era vista como escrava dos humanos. Martins de Souza (2018) argumenta que esta nova relação não colocava questões ambientais na agenda do dia, mas apenas propunha que os animais não deveriam mais ser massacrados e que os moradores das cidades deveriam buscar formas de passar mais tempo na natureza.

Nesse cenário, com políticas desenvolvimentistas se espalhando pela América do Sul a partir da década de 1960 (RUFFINI, 2017), os generais também as implementaram no Brasil, com foco especial na Amazônia. As obras, como hidrelétricas, rodovias, pontes, ferrovias, zona franca e projetos minerais passaram a impactar sobremaneira o modo de vida de inúmeras populações já residentes nas localidades amazônicas e, também de muitos migrantes que partiram para a região em busca de trabalho nos grandes empreendimentos que foram implementados:

O governo da ditadura militar tirou bom proveito das tensões sociais que agitavam o nordeste brasileiro, causadas pelo crescimento da posse latifundiária e agravadas pela seca. Combinou as atividades econômicas na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra e promoveu grandiosas campanhas e facilidades de transporte, atraindo trabalhadores com a promessa de planos para a reforma agrária, especialmente no eixo de construção da rodovia Transamazônica (CONGILIO, IKEDA, 2014, p. 82).

As tensões no Nordeste brasileiro, e a seca periódica que assolou grandemente os trabalhadores no fim da década de 1960 foram utilizados como pressuposto para agir em mão dupla ao anunciar grandes projetos de impacto, que seria a “conquista da Amazônia” e o controle sobre as tensões no Nordeste:

A conquista da Amazônia expressa no PIN e liderada pela autoridade política, só poderia ser levada a efeito com mobilização popular, na qual foi apresentada uma obra de um povo, estimulado a desejar, a almejar ser uma nação. Materiais de propaganda e outros contribuíram para expressar a ideia de conquista: a canção embalou os corações dos brasileiros na Copa do Mundo de Futebol de 1970 e os slogans do governo do General Médici: “Integrar para não entregar” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”.
(...) Ao apresentar uma solução para o drama da seca, no âmbito do PIN, a ideia de integração surge acompanhada de sua carga simbólica (SOUZA, 2020, p. 140).

A ideia de “conquistar a Amazônia” traz em seu bojo que esta região era vista como um lugar vazio que deveria ser “colonizada” pelos migrantes de outras regiões brasileiras movidos por um sentimento patriótico de domar e desenvolver a gigantesca floresta tropical. Ressalte-se que ideia de vazio demográfico ignora as populações da Amazônia e seus modos diferenciados de territorialidade. Baseados no discurso do vazio

demográfico, os militares poderiam também controlar o problema da seca no Nordeste, através de terras para que pudessem ocupar com suas famílias, e postos de trabalho, que poderiam obter ao migrar para a Amazônia.

A ZONA FRANCA DE MANAUS

As Zonas Francas podem ser identificadas como áreas de maior flexibilidade no tocante aos incentivos fiscais, estruturais e de transição de mercadoria de forma global. Segundo Carvalho (2009, p.77) “elas se revelam como conjuntos de regulamentos que criam em determinados locais – áreas de cidades, cidades inteiras ou regiões – incentivos fiscais e infraestruturas atrativos do investimento direto estrangeiro”.

Ainda segundo o autor, a função mais ampla a ser atribuída as zonas francas como um todo, é a de criação de espaços propícios, dentro de um território, para a entrada de empresas transnacionais:

[...] de forjar as condições propícias à transnacionalização da economia, processo por meio do qual os Estados nacionais criam, eles mesmos, mecanismos de desnacionalização de relações e estruturas sociais situadas no seu território, que respondem a uma dinâmica transnacional, específica das “cadeias produtivas globais. Nesse processo, os Estados incorporam um projeto global que envolve um sistema de normas privadas reguladoras de domínios específicos da vida nacional, formulado e difundido por alguns governos nacionais, como os dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, e por agências multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (CARVALHO, 2009, p. 78).

Na América do Sul, conforme explica Carvalho (2009), existem 43 zonas francas cujas que estão situadas em 8 países diferentes que fazem parte da conjuntura da América do Sul:

As 43 zonas situadas na América do Sul estão distribuídas em 8 países, sendo que apenas a República da Guiana, a Guiana Francesa, Paramaribo – a antiga Guiana Holandesa-, e o Equador não lhes servem de localização. A Colômbia (12) é o país que mais concentra zonas francas na região, seguida pelo Uruguai (9), Bolívia (7), Argentina (5), Peru (4), Venezuela (3), Chile (2) e Brasil (1). Disso dá conta o quadro abaixo, em que se pode ver a absorção, na única zona franca brasileira, de trabalhadores representativos de quase 30% da mão-de-obra empregada no conjunto delas” (CARVALHO, 2009, p.81).

Neste sentido, destaca-se que a ZFM surgiu com o intuito de gerar economia para a região amazônica, sendo promovida dentro de um conjunto de discursos desenvolvimentistas propagados pelo governo, que buscavam retratar uma região

“inóspita” ou ainda “estagnada economicamente”. A ZFM é uma zona industrial idealizada em 1957 pelo então Deputado Federal Francisco Pereira da Silva, que se apresentava como Porto Livre, criada por meio da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e sancionada pelo então presidente da época Juscelino Kubitschek.

Dentre as especificidades da legislação que embasou a criação primeira da ZFM, é importante destacar seus artigos 1º e 2º que evidenciam sua proposta de criação e demarcação territorial equivalente a 200 hectares:

Art. 1º – É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas.

Art. 2º – O Governo Federal fará demarcar, nas imediações da cidade, à margem do rio Negro e em lugar que reúna condições de calado e acostagem satisfatórias, uma área de terras não inferior a duzentos hectares, onde ficará localizada a zona franca, com as instalações e serviços adequados ao seu funcionamento (BRASIL, 1957).

Importante ressaltar que somente 10 anos depois em 1967, no governo do general-presidente Castello Branco, a legislação que norteava a ZFM passou por uma ampliação através do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, em que se estabeleceu de maneira mais efetiva a sistematização, fundamental para a concreta implementação da ZFM.

Na concepção de Seráfico e Seráfico (2005) a implementação de uma zona franca na região amazônica durante os governos militares, associa doutrinas de segurança nacional voltadas à ocupação da região para evitar um alegado assédio estrangeiro e ao mesmo tempo alinha o país com a descentralização capitalista, durante a Guerra Fria:

O que aparentemente é um problema – a cooperação entre o militarismo, a economia mundial e o nacionalismo – faz parte de um momento definido da ordem internacional. Essa concatenação de interesses determina a escolha do lugar de experimentação de uma das primeiras zonas francas do mundo; determina também os modos de compatibilizar a “ordem nacional” com a “ordem mundial”; e, finalmente, determina a contrapartida que os países “periféricos”, “dependentes”, podem obter por constituírem-se em área de expansão da acumulação capitalista. O que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p. 101).

Mesmo considerando que as decisões relativas à efetiva criação de uma zona franca, no coração da Amazônia, além da compreensão das dinâmicas político-econômicas nacionais e transnacionais que envolvem a Guerra Fria e a descentralização

do grande capital em regiões periféricas do mundo, também é necessário analisar como os diferentes sujeitos percebiam este momento.

Assim, para que seja possível entender melhor estas mudanças e as visões referentes à ZFM, é importante buscar compreender os vários sujeitos que viveram a implementação da Zona Franca “na pele”. Como propõe Peter Burke, “de qualquer modo, se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 1992, p.14).

Para além dos documentos oficiais, como a legislação, foram consultadas outras fontes, como jornais e revistas publicados na época, que abordam questões referentes ao empreendimento, com o intuito de perceber como a sociedade visualizava sobre a instauração da ZFM, que prometia trazer grandes indústrias nacionais e transnacionais para o coração da Amazônia.

No dia 01 de março de 1967 foi explicitado nas primeiras páginas do Jornal *O comércio*² o sucesso da implantação de uma zona franca na capital do Amazonas e os benefícios econômicos que ela poderia gerar para a região. Na manchete são discorridas as opiniões de autoridades administrativas e industriais da época, tais como o então Governador do Amazonas Danilo Areosa e o industrial João Furtado. Conforme é destacado na primeira página do jornal que o governador Areosa via a Zona Franca de Manaus como “uma prova do quanto o Governo Federal vem preocupando-se com a situação do Amazonas” (NOVA, 01 mar. 1967).

A reportagem traz também a opinião das grandes autoridades no que se refere à ZFM, é enfatizada a visão do industrial João Furtado: “Vejo-o como um ato magnífico, que vem trazer para a região grandes vantagens, principalmente no setor da indústria” (NOVA, 01 mar.1967). No decorrer da revista é destacado o Decreto-Lei Nº 288 e as novas ampliações que passaram a ser vigentes quanto a Zona Franca.

Dentre os novos parâmetros legais que surgiram com a Zona Franca de Manaus, faz-se relevante destacar o art. 2º, em que é possível perceber as modificações, principalmente territoriais referentes ao novo modelo da ZFM de 1967.

Art 2º O Poder Executivo fará, demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com uma superfície mínima de dez mil

quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca.

§ 1º A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a juzante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade.

§ 2º A faixa da superfície dos rios adjacentes à Zona Franca, nas proximidades do pôrto ou portos desta, considera-se nela integrada, na extensão mínima de trezentos metros a contar da margem.

§ 3º O Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Superintendência da Zona Franca, aprovada pelo Ministério do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo. (BRASIL, 1967).

O Decreto-Lei Nº 288 reformulou a legislação já vigente que amparava a estrutura legal de funcionamento da Zona Franca de Manaus e deixou em aberto um possível aumento ou modificação nas configurações territoriais desta. Neste sentido, destaca Almeida (2011, p.6-7) que:

Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei No. 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Foi instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus [...].

A ampliação da ZFM foi parte da iniciativa do governo determinada como *Operação Amazônia*³, que surgiu diante de uma reformulação institucional proporcionada pelo governo militar iniciada em 1966 com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S.A. (BASA).

A ZFM foi implantada em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto nº. 288, no governo do General-Presidente José de Alencar Castello Branco, com o intuito de oferecer estímulos fiscais e de infra-estrutura que atraíssem para a cidade investimentos nas atividades comerciais, agropecuárias e industriais. Este foi um dos atos contidos na *Operação Amazônia* [...] com o fim de promover a “integração nacional” e o “desenvolvimento regional” da área [...] (CARVALHO, 2009, p. 85).

A ZFM passou ainda por muitas fases, cada fase possuindo uma característica específica que a diferenciava do modelo anterior, mesmo que de forma pequena. Entre os anos de 1967-1975, era possível perceber a ênfase nos estímulos a indústria da montagem.

3 Esta operação mantinha adotada três pilares principais, são estes:
i) uma política de incentivos fiscais para atrair capital privado para investimentos na região;
ii) uma política de ocupação de terras para solucionar o problema da posse da terra em outras regiões e ampliar a área agrícola na Amazônia;
iii) a ampliação da infraestrutura de telecomunicações e estradas para viabilizar as duas estratégias anteriores. (INESC, 2014).

Foi criada na perspectiva de ocupação e desenvolvimento da Amazônia e em um momento dos governos militares em que o Brasil explicitava seu alinhamento no contexto da Guerra Fria:

No caso específico de Manaus, a estagnação econômica tanto contribuía para rebaixar o valor da força de trabalho quanto para aumentar a concorrência entre os trabalhadores por emprego, o que implicava dificuldades para sua organização política. Num tal contexto, o papel da ditadura parece ter sido, principalmente, o de criar algumas das condições que permitissem ampliar as oportunidades de investimento capitalista e controlar a força de trabalho num processo em que esta se integrava em situação bastante frágil (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p.104).

A mão de obra mais barata garante maior competitividade para as indústrias que viriam a se instalar na ZFM. A ditadura criava assim, condições para o investimento capitalista na Amazônia e criava frentes de trabalho para pessoas de outras regiões do país marcadas pelas perdas com a seca e ausência de terra, e as colocava em busca de melhores condições de vida. Ainda que a mão de obra recebesse pagamentos em valores abaixo do mercado internacional, proporcionava novas possibilidades para trabalhadores de todo o país e movimentava a econômica do Amazonas, consolidando a doutrina militar que visava à integração da Amazônia e o desenvolvimento capitalista na região.

A educação, como uma poderosa ferramenta no controle social, foi utilizada pelos governos militares brasileiros para facilitar a aceitação da presença do modelo da zona franca, e promover ideologias favoráveis à sua instauração. A adoção de modelos de ensino tecnicistas e privados contribuiu para o agravamento do distanciamento no acesso à educação integral e com qualidade, uma vez que essa problemática já ocorria na região em detrimento dos diferentes níveis econômico sociais dos sujeitos inseridos no mesmo território que a ZFM. Gomes (*et al.*, 2020, p. 8) apontam que:

“[...] a educação ocupou um papel estratégico de difusão das novas concepções tecnicistas e pragmáticas norte-americanas. Sua expansão ao longo da ditadura civil militar, dentro dos limites dos interesses materiais impostos pela burguesia, procurou atender algumas demandas sociais ao mesmo tempo em que reforçava a ideia do mérito e da ascensão social. Nesse aspecto, longe de ser uma concessão, a educação era compreendida pelos agentes do capital como fator de reprodução da força de trabalho, não apenas para aqueles que se encontravam inseridos na atividade produtiva, mas igualmente para aquela parcela que constituía o exército de reserva”.

Dessa forma, é possível compreender o papel de destaque da educação no planejamento dos projetos de desenvolvimento referentes a região amazônica, sobretudo no que diz respeito ao aumento de riqueza das grandes indústrias nacionais e

internacionais, que objetivavam lucrar cada vez mais em detrimento da utilização de mão de obra barata.

Na segunda fase da ZFM, que perdurou entre os anos de 1975-1991, uma característica marcante diz respeito à busca por medidas que promovessem o mercado nacional, tendo como fatores marcantes a implantação dos Decretos-Leis Nº. 1435/75 e 1455/76 que estabeleciam “índices Mínimos de Nacionalização para produtos industrializados na ZFM” (ALMEIDA, 2011, p.7).

Durante os anos 1970 alguns veículos de telecomunicação destacavam o andar da Zona Franca de Manaus, e como ela era recebida no cenário de Manaus. O Jornal *A crítica*⁴ dava ênfase, em 1977, – dez anos após as modificações feitas pelo Decreto-Lei Nº 288 – de como estava a Zona Franca de Manaus.

Segundo dados estatísticos fornecidos pela Junta Comercial do Estado do Amazonas, existem em Manaus, atualmente, 19,356 firmas devidamente registradas, enquanto que até 1967, este número era apenas de 6,706 casas comerciais registradas. Com estes dados oficiais, seria absurdo dizer que a Zona Franca de Manaus não transformou a capital do Estado em um dos maiores centros comerciais do País, embora em 75/76 tenham surgido críticas àquele instrumento [...] (ZONA, 08 jan. 1977).

Na terceira fase, entre 1991-1996, o surgimento de novas políticas industriais e de comércio marca esta fase, além também da redução dos impostos sobre importação, voltando o foco do trabalho para a qualidade dos produtos, além do aumento na produtividade. Quanto à quarta fase, 1996-2002, ela é marcada pela adaptação ao cenário de um mercado globalizado, além de novos ajustes dentre os quais estão, por exemplo, a busca pelo aumento das atividades de produção tecnológica.

A atual fase da ZFM é marcada pela crescente inserção da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) que trabalha na perspectiva de visualizar cada vez mais a expansão industrial e viabilizar mais meios para inovações e produções com qualidade e eficiência.

4 Jornal extraído do acervo digital do Blog do Durango.

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA ZFM

A ZFM tem sido por muitos anos palco de discussões sobre seus impactos socioeconômicos e socioambientais. Muito se discute sobre os impactos que teriam sido causados por sua construção, efetivação e ampliação. Existem divergências, inclusive de autores, sobre esta temática, o que dificulta a tomada de uma conclusão sobre as discussões envolvidas da ZFM e suas consequências.

Resultado de um pacto entre a prefeitura de Manaus, governo do Amazonas e governo federal, a ZFM desponta em 1967 como uma área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário (ARAÚJO, 2009, p.34).

O surgimento da ZFM levou a um crescente fluxo de migração para a região no final da década de 60 e nos anos seguintes, a população – em sua maioria vinda do Norte e Nordeste do Brasil – passou a migrar para a região diante da promessa de novas oportunidades de vida e emprego. Tal fato fez com que a população da região – que já era grande, uma vez que muitos já haviam mudado para a região no período auge da extração de borracha – aumentasse cada vez mais.

Inicia-se, em consequência, no processo da evolução urbana, uma fase em que, sem os estímulos anteriormente devidos a uma intensa demanda internacional de borracha e sem o dinamismo que essa demanda gerava na produção e comercialização daquele produto, a economia citadina, presa ao ritmo da economia regional, passou a caracterizar-se pela estagnação (MELO & MOURA, 1990, p. 37).

Tendo passado por diversos períodos de migração constante e sem planejamento, especialmente no período da euforia de produção da borracha, Manaus já passava por um processo ocupacional que culminou em impactos sociais que recaíram sobre as populações já presentes na cidade e nas que migraram para a região.

Com o passar dos anos e, principalmente em detrimento ao surgimento da produção de Látex na Ásia, a economia em torno da borracha caiu de forma drástica e levou a uma estagnação econômica, tendo por consequência a falta de novos empregos. Estes impactos, sobretudo nos setores educativos e trabalhistas, continuaram sendo difíceis de ordenar, se agravando cada vez mais com a expansão da ZFM.

Segundo Moura (1990) a urbanização acelerada, especialmente no caso de Manaus, ocorrida em detrimento dos constantes processos de exploração em vista de contribuir para o crescimento do capital, causa dois tipos de mudança, o primeiro

referente a novos hábitos de consumo, e o segundo é a potencialização de problemas latentes na localidade.

“Tal processo, em suas linhas gerais, estaria se pautando pelos padrões que regem o fenômeno da urbanização nas regiões e países desenvolvidos [...] De um lado, uma rápida urbanização, no sentido de concentração paulatina de população numa cidade, gera quase sempre hábitos novos de consumo, altera a demanda relativa de bens e serviços, propicia ganhos de escala e economias externas tanto do lado do consumo, como da produção etc. [...] Por seu turno, a urbanização rápida também põe a mostra efeitos que devem corresponder, pelo menos em parte, à ampliação de problemas latentes ou preexistentes – subemprego de mão-de-obra, favelização da moradia, carência de serviços básicos, etc – e que antes passavam despercebidos ou eram menos evidentes (MELO & MOURA, 1990, p. 435-436).

Neste contexto, a proposta de implantação da Zona Franca de Manaus surgiu como resposta às problemáticas econômicas da região e às vontades do Estado em explorar as riquezas da região amazônica com o discurso de “integrar para não entregar”. Muitas manchetes de jornais – e editoriais publicados por grandes empresas – destacam a Zona Franca como um avanço para a região de Manaus.

A SHARP do Brasil S/A destacava no jornal “A notícia” seu apoio a ZFM e ao governo, como verificado no trecho: “[...] o rio Amazonas continua seguindo o seu curso. A SHARP, o governo e a Zona Franca também caminham a passos largos” (O RIO, 24 jul. 1977). Ainda no mesmo ano, no dia 01 de dezembro o jornal publicou também, um anúncio sobre a ESTACON que destacava a conclusão da Central de Fiscalização Rodoviária a qual seria de grande importância no controle e na entrada e saída de mercadorias na Zona Franca.

A construção da Central foi executada pela SUFRAMA e cobria uma área de 3.500 m², o responsável pela construção era o Dr. Aloísio Carneiro Campelo, o até então Superintendente da SUFRAMA. Com a implantação da ZFM as populações voltaram novamente a crescer na região.

As condições de pobreza geradas pela instauração da ZFM é uma das problemáticas causadas pela construção. Isto posto, é importante, também, discutir sobre a questão sanitária, social e educacional referente à Zona Franca de Manaus, para poder dar espaço a multiplicidade populacional que faz parte de sua história. Para isto, é indispensável buscar compreender não somente as grandes figuras industriais da época, mas também as populações atingidas que tiveram seus modos de vida transformados, especialmente no que toca aos aspectos culturais.

Hage (2005) ao discorrer sobre as diversas dinâmicas do território amazônico, escreve sobre a complexidade dos campos produtivos, de grandes obras, – como é o caso da Zona Franca de Manaus – dos ecossistemas e das educações na região, demonstrando que a heterogeneidade da Amazônia é um debate indispensável para a compreensão acerca destes processos que a diferenciam das demais regiões do país.

Todas essas particularidades que envolvem os aspectos sócio-culturais, ambientais e produtivos da Amazônia revelam a complexidade e o antagonismo que envolvem relações de poder entre grupos, populações e movimentos sociais presentes na região e mais especificamente no meio rural em torno da disputa pela hegemonia de projetos sociais específicos; de suas identidades culturais próprias; e do uso dos recursos naturais da Região (HAGE, 2005, p. 67).

Neste sentido, debater sobre os aspectos que afligiram as populações de Manaus possibilita revelar, através dos ambientes e hábitos transformados, a história dos diferentes personagens populares e seus modos de vida dentro da empreitada de implementação da ZFM. Quando se destaca a questão da pobreza acentuada na região da ZFM, é indispensável pensar nas condições de moradia e saneamento em que viviam as populações que fizeram da localidade sua morada. A relação existente entre a pobreza acentuada pelo fluxo desordenado de migração para a região e a problemática referente a educação e à estrutura habitacional das populações de Manaus são temas de demasiada importância para o cenário acadêmico dada sua potencialidade de gerar novos debates acerca do desdobramento histórico da ZFM, e suas interferências nos modelos de educação na região de Manaus.

Não se deve descartar a contribuição desse processo migratório na circulação de capital interno para Manaus, dado o seu papel no impulso ao aumento na compra e consumo de produtos. As questões e apontamentos que circundam a implantação da ZFM, devem ser estudadas com bastante cuidado, especialmente quando se discute sobre os efeitos positivos e negativos desta construção.

OS IMPACTOS NO SETOR EDUCATIVO

Durante os anos de 1964 a 1985, marcado pelo controle dos governos militares no Brasil, cabe destacar a elaboração e implementação dos chamados grandes projetos de integração, que contribuíram significativamente para a promoção das instituições de formação profissional e técnica, sobretudo em detrimento da carência em mão-de-obra

especializada e barata para trabalhar nestes grandes investimentos estatais, não sendo diferente no caso da Zona Franca de Manaus.

Com a instauração definitiva da Zona Franca de Manaus (ZFM) ou Polo Industrial de Manaus, no ano de 1967 no governo de Castello Branco (1964-1967), encorajou-se novamente – após o final do ciclo da borracha – um ideal de desenvolvimento na região, provocando um processo de migração acelerada sob o pretexto de “ocupar uma região despovoada” em vista de torná-la atrativa para o mercado nacional e internacional (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005).

Os efeitos da zona franca vão desde o deslocamento de povos tradicionais, violências físicas e simbólicas até (re)configurações nos setores educacional e trabalhista, causados principalmente pelo aceleramento da industrialização na localidade, incentivado por políticas econômicas atrativas para as grandes indústrias. Sob o manto de um discurso desenvolvimentista, os governos militares responsáveis pela construção, começaram um amplo processo de divulgação dos benefícios que a ZFM traria, sobretudo para o cenário trabalhista, o que fez com que muitas pessoas deixassem seus lugares de origem sem ou quase nenhuma profissão para se aventurarem na capital do maior estado do Brasil em busca de melhores condições de vida.

Em vista disso, a educação profissional exerceu um papel de suma importância no cenário de urgência em profissionalizar as pessoas para o atendimento emergencial da indústria. Monteiro (1986, p. 84) discorre que “[...] todas as organizações e instituições refletem essas relações sociais de produção, e a educação, enquanto prática social, também é alienante e coisificadora, dentro de seus limites”, esta afirmação contribui para o pensamento e reflexão acerca do papel formativo da educação e as implicações que o seu manuseio inadequado podem gerar nos indivíduos, em especial, se forem desvalorizados os ideais de educação integral que preparam os sujeitos para exercer sua liberdade e autonomia como seres humanos (RODRIGUES, 1999).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve um desdobramento histórico controverso no cenário educacional brasileiro. Com a euforia da revolução industrial o tempo e o custo de produção passaram a ser imperiosos, demandando a criação de novas técnicas que preparassem os sujeitos para atuar nos ofícios que contribuía para o crescimento do capital econômico.

No Brasil do século XIII o principal público-alvo destas novas modelagens educacionais, que buscavam formar os sujeitos por meio trabalho manufatureiro, eram os

menos abastados do seio social, dentre os quais estão, por exemplo, os indígenas, as pessoas em situação de rua, os presos dentre outros. No tocante à educação integral, centrada no conhecimento intelectual, esta era restrita as elites sociais que “desprezavam” o trabalho manual e o consideravam indigno. Como bem colocam Vieira & Souza Junior (2016, p. 154):

“À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. A consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras”.

No séc. XIX, a educação profissional, mesmo com os avanços nas formas de organização e planejamento das instituições que ofertavam a educação profissional continuou, ainda, a ser norteadada por um caráter assistencialista, com o objetivo de formar os menos desfavorecidos por meio do trabalho. Em 1909 já existiam algumas escolas de aprendizes artífices nos estados brasileiros, porém, o maior despontar das instituições de ensino que ofertavam a educação profissional surgiu dentre as décadas de 1930 a 1970, com o aumento exponencial da industrialização no Brasil, durante o período dos governos militares.

No governo Vargas (1930-1945) as políticas públicas que prometiam vantagens e facilidades para as empresas que criassem escolas para os filhos de seus empregados eram um recurso atrativo para o mercado, e contribuíam para a criação do que Azevedo, Shiroma & Coan (2012) chamam de “*exército industrial de reserva para o setor produtivo*”. O ano de 1942 foi primoroso para o avanço do ensino profissional no Brasil, a reforma Capanema, pelo Decreto-lei nº 4.422/42, e a criação do sistema S4 foram passos indispensáveis para se pensar e refletir sobre a implementação desta modalidade de ensino no país. Também a Lei 5.692/71 teve grande influência sobre as configurações educacionais no Brasil, ao propor a obrigatoriedade e universalização do ensino profissionalizante.

“[...] a universalização do ensino profissionalizante pautada pela relação de complementaridade entre ideologia tecnicista e controle tecnocrático almejou o esvaziamento da dimensão política da educação tratando-a como questão exclusivamente técnica, alcançando, ao mesmo tempo, a contenção de certa camada da população em níveis inferiores de ensino e sua marginalização como expressão política e reivindicatória” (HAMMEL, *et al.*, 2011, p.9).

Bruno (2011) ao discorrer sobre a educação e o desenvolvimento econômico no Brasil do séc. XX, escreve que a educação pública foi condicionada para atender as

necessidades da nova tecnologia e do novo quadro disciplinar, prezando uma formação para o trabalho em detrimento da autonomia intelectual. Ainda segundo a autora, nesse novo modelo educacional os profissionais da educação passaram a ser regidos pela Lei do Valor, tendo em vista manter baixo o valor da força produtiva em formação, – não priorizando a qualidade ou demanda – além de que nesta lógica o trabalhador precisa cumprir qualquer função subordinada, muitas vezes recebendo um salário desigual a quantidade de trabalho exercida. Escott & Moraes (2012) escrevem que a obrigatoriedade do ensino técnico na década de 1970 está diretamente associada com os interesses dos governos militares em profissionalizar mão-de-obra.

Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital” (ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1496).

Percebe-se o ensino tecnicista, ao passo que leva a educação para um contingente maior de pessoas, contribui para o controle social e separação trabalhista com base em uma ideologia burguesa, de que o trabalho intelectual deve ser restrito as elites, e o trabalho manual deve ser executado pelas massas da classe trabalhadora. Isto posto, a grande concentração de indústrias na região de Manaus, fez com que os modelos educativos que visassem demasiadamente uma formação voltada para o mundo do trabalho, fossem aceitos, sobretudo em detrimento da aceitação de outras grandes empresas e públicos englobados na implantação de vários grandes projetos na região amazônica, como a Estrada e Ferro Carajás (EFC), a Ferrovia da Aço dentre outras.

Dada a necessidade da mão-de-obra escolarizada, aqueles que possuíam a instrução educacional, sobretudo formação técnica para a indústria, mantinham uma vantagem em relação aos grupos sem a formação escolar adequada. Está problemática envolvendo a educação se agravou a partir do momento em que o acesso à educação e a necessidade de formação não eram restritos para aos habitantes oriundos da região, mas agora também precisava atender ao crescente número de pessoas que vinham se mudando para Manaus e seus arredores.

Neste sentido, foram elaborados projetos que atendessem a estas necessidades como, por exemplo, os programas de assistência técnica e financeira proporcionada pelo

governo, mas a disparidade nos níveis de ensino entre os escolarizados nativos e não-nativos continuavam evidentes.

“Os baixos níveis de escolarização dos contingentes migratórios oriundos do interior do Amazonas devem estar embutindo, entre outras coisas, as poucas possibilidades de acesso à limitada infra-estrutura educacional lá existente. Por outro lado, a inexistência de significativas diferenças de escolaridade entre migrantes recentes e migrantes antigos estaria refletindo a quase que inexistência de ascensão social dos que passam a residir em Manaus: apesar do tempo decorrido, não teriam os migrantes antigos usufruído os benefícios da infra-estrutura educacional mais equipada, organizada e concentrada na capital” (MELO & MOURA, 1990, p. 378-379).

A discussão suscitada pelos autores abre espaço para novos debates sobre mais uma classificação referente a educação, – para além da discussão do ensino técnico voltado para o trabalho, e o ensino integral para as elites – focalizando no campo de problemáticas referente aos níveis de ensino e alfabetização dos migrantes e nativos da região de Manaus⁵, não cabendo a neste trabalho realizar tal discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica tem sido palco de inúmeros conflitos econômicos e territoriais que antecederam e sucederam a construção de uma zona franca na região. O ciclo da borracha, por exemplo, também foi um grande agente causador de modificações na Amazônia, uma vez que, diante da iniciativa da extração de látex e da produção da borracha, muitos foram os atraídos para a região em busca de trabalhos. Porém, com o declínio da economia da borracha, uma situação de abandono e estagnação econômica recaiu sobre a localidade, até que anos mais tarde, já no período dos governos militares, os olhares se voltaram novamente para a região e suas riquezas (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005).

Com isto, deu-se início ao período dos grandes projetos e programas voltados a ocupar o território amazônico, ao mesmo tempo em que exploravam as riquezas da região, sob o slogan governamental “*integrar para não entregar*” da década de 1960, que

5 Ver MELO, M. L. de; MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações para Manaus**. Recife: Massangana, 1990.

anunciava a Amazônia como um território inóspito a ser explorado. Advinda deste discurso, surge em meio aos programas implantados pelo governo, a ZFM.

Depreende-se que, com a instauração de uma zona franca, no Brasil e em especial, no coração da Amazônia, muitas foram às transformações – de cunho territorial, econômico, ambiental, social e educacional – ocorridas na localidade. É possível perceber, através das leituras realizadas, a existência de muitas contradições envolvendo os impactos socioeconômicos na cidade de Manaus e em outras localizadas em seus arredores, como o avanço econômico e o “desenvolvimento” capitalista de um lado, e o descaso com os problemas vivenciados pela população, por outro lado.

Dentre estas problemáticas ressaltasse os impactos referentes ao território que precisou reconfigurar-se para receber cada vez mais indústrias nacionais e estrangeiras, atraídas pelos incentivos fiscais que facilitavam o comércio e a distribuição de mercadoria.

Também foram percebidas problemáticas referentes a urbanização desenfreada na região, causada pelo crescente número de migração para a área, principalmente de populações advindas do Nordeste do país e do interior do Amazonas, interessadas nas promessas de melhores condições de vida e trabalho na região, promovidas por campanhas que apresentavam a ZFM como uma espécie de “Milagre” para a região. Esse processo de migração contínua por um longo período veio a culminar em uma concentração populacional enorme que agravou sobremaneira problemas sociais já existentes na região, como a pobreza, os impactos ambientais, inchaço social e carência nos setores educativos.

Percebeu-se que, assim como ocorreu em outras localidades, a adoção de modelos de ensino de cunho tecnicista foi priorizada na região de Manaus, em detrimento de seu caráter formativo voltado para o mundo do trabalho, que ia de encontro aos ideais capitalistas das grandes empresas e daqueles a frente dos governos militares nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo visando o crescimento econômico brasileiro.

Este modelo de educação, contribuiu significativamente para problemáticas já recorrentes na região, como a disparidade nos níveis e oportunidades de ensino, que prezavam pela educação intelectual para as elites e um ensino mais técnico e formativo para as classes menos abastadas, com o intuito de manter o controle social e a concentração de capital nas mãos de poucos, o que conseqüentemente levava ao

mantimento do desnível econômico causado pelos grandes projetos instaurados na região de Manaus, como no caso da Zona Franca.

Conclui-se, que a pesquisa trouxe significativos esclarecimentos sobre o tema, especialmente no tocante ao desdobramento histórico da ZFM e seus impactos nos setores sociais, econômicos, trabalhistas e educacionais, além de facilitar a tomada de debates e reflexões sobre o papel das grandes obras no controle social imposto pelos governos militares brasileiros no século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Nonato Pinheiro de. **A Zona Franca de Manaus no contexto da política industrial brasileira**. Anais do XXXV Encontro ANPAD. Rio de Janeiro. 2011.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento Urbano Local: O caso da Zona Franca de Manaus. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, p. 33-42, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1931/193114456004.pdf>. Acesso em: 13 de Nov. 2022.

AZEVEDO, Luiz Alberto ; SHIROMA, E. O. ; COAN, Marival . **As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem?**. Boletim Técnico do SENAC , v. 38, p. 27-40, 2012.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. **DECRETO-LEI Nº 288 DE 28 de FEVEREIRO DE 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0288.htm. Acesso em: 22 de fev. 2020.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **LEI Nº 3.173, DE 6 DE JUNHO DE 1957**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3173.htm. Acesso em: 22 fev. 2000.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, Dec. 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. **O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica**. Dissertação (Doutorado) em Sociologia. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia; UFRGS, 2009.

CONGILIO, Celia Regina ; IKEDA, J. C. O. . A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**. São Paulo, v. 18, p. 79-90, 2014.

ESCOTT, C. M. & MORAES, M. A. C. de. (2012). **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”. (pp. 1492- 1508). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

ESTACON conclui obras central de fiscalização rodoviária da SUFRAMA. **Jornal A Notícia**, Manaus, 01 dez. 1977. Disponível em: <https://blogdodurango.com.br/publicidades-antigas/jornal-a-noticia-01121977/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

G1. **Veja imagens ao longo de 50 anos do Polo Industrial de Manaus.** 2017. Disponível em: <http://glo.bo/2l7qUJA>. Acesso em 25 de fev. 2020.

GOMES, M. A. de O.; SOUZA, M. M. de; PITA, C. A.; ZANELATO, I. A. Educação e a ditadura civil militar: as reformas educacionais e a teoria do capital humano (1964-85). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4424147, 2020. DOI: 10.14244/198271994424. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4424>. Acesso em: 20 abr. 2023.

HAGE, Salomão Mufarrej. Educação na Amazônia: identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In: HAGE, Salomão Mufarrej. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará.** Belém: Gráfica e Editora Gutenberg, 2005.

HAMMEL, A. C. ; COSTA, G. K. ; Meznek, Ivone . **A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A POLÍTICA EDUCACIONAL: LEIS N 5.540/68 E N 5.692/71.** In: AS POLÍTICAS SOCIAIS NAS TRANSIÇÕES LATINOAMERICANAS NO SÉCULO XXI: TENDÊNCIAS E DESAFIOS, 2011, Cascavel. 5 SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2011. p. 01-13.

HOLLAND, Márcio. et al. **Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades.** FGV EESP. São Paulo. 2019. Disponível em: <http://site.suframa.gov.br/@@search?Subject%3Alist=FGV>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. PIERI, Rennan. Radiografia da Zona Franca de Manaus. In: HOLLAND, Márcio. et al. **Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades.** FGV EESP. São Paulo. 2019, p. 12 – 33. Disponível em: <http://site.suframa.gov.br/@@search?Subject%3Alist=FGV>. Acesso em: 20 abr. 2020.

INESC. **52 anos de Incentivos Fiscais na Amazônia: para quê serviu?.** 2014. Disponível em: <http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/52-anos-de-incentivos-fiscais-na-amazonia-para-que-serviu/>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

MARTINS DE SOUZA, César. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. **Revista contemporânea.** Niterói, v. 1, n° 5, 2014, p. 1-19.

_____. A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 31, n. 48, p. 21-29 Jun/2018.

MELO, M. L. de; MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações para Manaus**. Recife: Massangana, 1990.

MIRANDA, Ricardo Nunes de. **Zona Franca de Manaus: Desafios e Vulnerabilidades**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal, 2013, p. 1-42.

MONTEIRO, Terezinha Fatima Andrade. **Educação e trabalho nos planos nacionais de desenvolvimento no período 1970/1980: um estudo introdutório sobre a realidade da SUDAM**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

NOVA fase para o Amazonas. Manaus dentro da Zona Franca. **Jornal do Comércio**, Manaus, Ano LXIII, Nº 19.259, p.1-8, 01 de março de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1967_19259.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

O RIO Amazonas continua seguindo o seu curso. A SHARP, o governo e a Zona Franca também caminham a passos largos. Jornal A Notícia, Manaus, 24 jul. 1977. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/noticia-24-de-julho-de-1977/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para (não) entregar; políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, L. A. P. de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, H. A. de (Org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços lacunas e prioridades**. Recife: Massangana, 1996. p. 74-102.

RODRIGUES, Neidson. **Elogio à Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

RUFFINI, Martha. **La Patagônia mirada desde arriba: el Grupo Braun-Menéndez Behety y la Revisa Argentina Austral (1929-1967)**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2017.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 54, 2005, p. 99-114.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 a.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história, novas perspectivas**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39 – 65.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SLIDESHARE. **Slides de Geografia do Brasil.** Disponível em: <https://pt.slideshare.net/professoralaisa/slides-de-geografia-do-brasil>. 2011. Acesso em: 22 de fev. 2020.

SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica.** Belém, v. 8, n. 1, 2020, p. 133-152.

THOMAS, Keith. **O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIEIRA, A. M. D. P. ; SOUZA JUNIOR, A. . **A educação profissional no Brasil.** Interaccoes , v. 12, p. 152-169, 2016.

ZONA Franca de Manaus: é um marco de 10 anos de progresso comercial. **Jornal A Crítica,** Manaus, 08 jan. 1977. Disponível em: <https://blogdodurango.com.br/fatos-e-datas-historicas/zona-franca-transforma-manaus-em-um-dos-maiores-centros-comerciais-do-pais/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Recebido: 20/12/2022. Aceito: 20/4/2023.

Autores:

Vívia Nascimento Fonseca

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança - Polo de Santa Luzia do Pará. Atua como Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação - PIBIC/UFPA, no Projeto de Pesquisa intitulado: Dilemas do mundo contemporâneo na literatura: história, memórias, biografias em diálogos com o cristianismo no século XX. Renovação - (2022-2023). Pesquisa temas relacionados aos grandes projetos e empreendimentos na Amazônia. Tem interesse nas áreas de Educação, Gênero, Antropologia e História.

E-mail: vivia_slp@hotmail.com

Instituição: Universidade Federal do Pará – UFPA

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4323470326389299>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7784-5915>.

País: Brasil

César Martins de Souza

Mestre em Antropologia/UFPA. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia e do Campus de Bragança, ambos da UFPA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) vinculado a UFPA. Investigador Externo do Centro de Estudios de la Argentina Rural/Universidad de Quilmes-Argentina. Editor-Chefe da Nova Revista Amazônica/UFPA. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4530-4844>.

E-mail: cesar@ufpa.br ou cesarmartinsouza@gmail.com

Instituição: Universidade Federal do Pará- Campus Bragança

País: Brasil